

A PERDA DE REALIDADE NA PSICOSE UM MÉTODO DE ESTUDO ATRAVÉS DE GENOGRAMA*

Francisco Martins **
Denise Percilio ***
Antônia Cristina Magalhães ***
Cibele Antunes ***
Estela Versiani ****
Iara Beltrão ****

RESUMO

O conceito de perda de realidade tem sido utilizado nos clássicos de psicopatologia sem que haja uma melhor elaboração do que o pesquisador entende por "perda" e por "realidade". Neste artigo busca-se elaborar o conceito de perda de realidade, fazendo-se a distinção entre realidade objetiva concreta, realidade psíquica e realidade social compartilhada. Através da utilização de genograma e dos dois últimos conceitos é apresentado uma metodologia que visa esclarecer a chamada perda de realidade na psicose.

ABSTRACTS

The concept of loss of reality has been used in psychopathology classics without a better elaboration of what the researcher understands by "loss" and by "reality". In this article, the authors try to elaborate both these concepts, making a distinction between concrete objective reality, psychical reality and social reality. By using the family tree and the two latter concepts, a methodology that seeks to make clear the so called loss of reality in psychosis is presented.

1. A PERDA DE REALIDADE NA PSICOSE E DEMÊNCIA

O conceito de perda de realidade tem sido amplamente usado na psicopatologia clássica, sem que haja contudo uma definição clara do que seja essa perda. Em muitos casos, o conceito parece ser usado como sinônimo de perda sensorial ou cognitiva. De qualquer maneira, o termo "perda" envia à questão da demência, e, assim, estaria-se fazendo uma equivalência entre demência e psicose, ao se dizer que em ambos ocorre uma perda de realidade. Para Freud, entretanto, psicose não é demência (1). Na demência senil, por exemplo, existem sinais de perda capacitária. Ora, isto não ocorre de maneira sistemática

* O presente trabalho contou com o apoio do CNPq; realizado no Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

** Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

*** Psicóloga.

**** Aluna de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Brasília.

nas psicoses. Entendemos com isso que se houver demência nas psicoses ela será de uma ordem diferente, não merecendo este nome. Pelo menos, nos quadros paranóides e paranóicos não existe na literatura evidência de falta, lesão de qualquer ordem, seja orgânica, funcional ou de capacidade. Em geral existe até a falsa ideia de que o paranóico é um sujeito sempre muito inteligente, o contrário justo de uma demência. O paranóico é percebido como uma pessoa "chata", um sabe tudo que desconsidera o que os outros têm a dizer, sendo irascível e narcisista em demasia.

Caso conversemos com uma pessoa deste tipo veremos que sua "demência" se caracteriza, no essencial, pela discordância entre a sua realidade e nossa. A partir deste ponto de vista fica mais fácil compreender que a realidade é um produto continuado do processo psíquico. A realidade é construída. A chamada perda de realidade denuncia mais a discordância existente entre construções diferentes da realidade, no caso a nossa e a do outro louco, do que uma perda, demência ou falta capacitária. Em vez de "perda", dentro desta última perspectiva, fica mais fácil pensar que na paranóia existe um "ganho".

2. A REALIDADE OBJETIVA CONCRETA

A adoção do conceito de perda da realidade é tributária da noção de realidade como fato objetivo concreto. A velha oposição popularizada do objetivo como sendo a realidade e do subjetivo como pertencente à escuridão merece ser criticada. A oposição entre fatos objetivos e subjetivos é falha, pois impede um efetivo aprofundamento daquilo que entendemos ser a realidade.

Há um problema grave em considerar o problema da realidade somente enquanto fato objetivo. Fato objetivo deve ser entendido como similar ao velho conceito alemão de *Wirklichkeit*, significando realidade material efetiva. O conceito alemão de *Realität* toma já outras conotações mais amplas, similares à palavra "realidade" em português. Nas línguas latinas temos somente o termo realidade para esta acepção diferente que a língua alemã propicia. Mas, o problema grave que indicamos não é de ordem vocabular. É mais específico, tratando-se da própria eliminação do conceito de fenômeno. Trata-se da aparente exclusão do sujeito dos atos constitutivos da realidade ela mesma. Por consequência, o conceito que introduzimos, que a realidade é um fenômeno essencialmente construído, não tem sido considerado nas concepções mais divulgadas em psicopatologia.

Se a realidade fosse apenas o que é objetivável concretamente, o

imaginário, por exemplo, seria inexistente e impossível de investigação. Aquilo que é apreendido não teria diferença do que é pensado. Kant oferece uma solução dizendo que o que é percebido e objetivável constitui apenas uma parte da nossa realidade: os fenômenos. O fenômeno surge justamente na articulação sujeito-objeto. O objeto é o que emerge face a um sujeito. É certo existirem coisas (*das Ding*) mais além. A teoria do número emerge neste contexto. O número se constitui na verdadeira essência das coisas, apesar de não ser este acessível aos sentidos diretamente.

Conceber a realidade apenas como realidade objetiva concreta e não entender o essencial da loucura. O essencial implica atividade de mediação e discordância radical do sujeito consigo e com os outros. Insistir no conceito de perda de realidade na psicose implica tomar a realidade apenas como dada e não como construída, constituída no psiquismo.

3. A REALIDADE PSÍQUICA

O conceito de realidade psíquica implica que o pensamento e a linguagem são partes constitutivas da realidade humana. Distingue-se portanto do conceito de realidade objetiva concreta (*Wirklichkeit*), ou da chamada realidade factual. Em um certo sentido a realidade tal como é experimentada pelo sujeito é sempre realidade psíquica. Esse conceito remete, ao mesmo tempo, ao mundo do sujeito, à exterioridade e ao mundo de relações. Isto não se opõe às investigações psicológicas acerca da cognição e da consciência. Ao contrário, é condição para a emergência plena do sujeito desejante.

O mundo que emerge com o sujeito é constituído neste processo psíquico. Por isso que os fenomenologistas insistem que o mundo existe somente para os seres que falam e compartilham suas ilhas solitárias (2). Nesse sentido, para se construir um mundo no sentido pleno é preciso que haja formas de mediação. A linguagem, o trabalho, o direito e a sociedade tem sido categorias apontadas como essenciais para toda e qualquer teoria que privilegie a mediação como sendo relevante para o entendimento da construção da realidade. A linguagem é portanto essencial, posto que é constitutiva mesmo dos sistemas simbólicos, tal como as relações de parentesco.

4. O DELÍRIO ENQUANTO RECONSTRUÇÃO

Caso tomemos um delírio como sendo a expressão de um erro lógico corremos o risco de não qualificarmos a questão da realidade psíquica estudando o delírio somente como alteração do juízo. Esta dimensão já foi bastante explorada pela psicopatologia clássica. Insistimos aqui na possibilidade de estudar o delírio como sendo um produto perlaborado pelo sujeito. Retomamos, no essencial, a tese freudiana que o delírio é uma reconstrução (3). Pensamos, portanto, que a produção delirante do sujeito deve ser tomada na sua dimensão constitutiva relacionada à realidade psíquica. Caso a tomemos apenas como objetivação concretizada, acabaremos nos limitando a uma descrição dos sintomas, a uma simples anatomia, ou descrição macroscópica do delírio. A idéia de Freud, ao contrário, é de que o delírio é uma construção, engajando o sujeito nesta atividade construtiva.

No entanto, seria muito enganoso dizer que o delírio é o resultado somente da causalidade psíquica do sujeito. A essência de todo e qualquer delírio envolve a questão do *sentido*, e por conseqüência, a linguagem e o mundo relacional e simbólico. Falar uma mesma língua não implica somente atividade de aprendizagem e de aquisições cognitivas. Implica o compartilhamento social de um universo de regras e normas que pré-existem ao sujeito. Entendemos que a linguagem é expressão da aliança entre os homens, sendo esta aliança condição para haver solução ou pelo menos encaminhamento das discordâncias humanas. Que ela venha a se tornar objeto de discórdia é um fato que não diminui em nada a afirmação anterior. A linguagem propicia então o compartilhamento social da realidade de cada um. Em outras palavras, podemos falar então de um mundo compartilhado socialmente a partir da aliança mediada pela língua de cada agrupamento humano. Ela cumpre assim sua missão de desnarcisar o sujeito, retirando-o da sua clausura imaginária e biológica em direção ao compartilhamento e constituição da realidade social.

5. O GENOGRAMA COMO EXPRESSÃO DA REALIDADE COMPARTILHADA SOCIALMENTE

O genograma pode ser visto não só como um modo de representar as relações efetivas do grupo de familiares. Pode ser tomado como expressão do assentimento do grupo acerca de que posições simbólicas cada um dos membros ocupa. Nesta perspectiva é expressão da realidade socialmente compartilhada. Torna-se de um ponto de vista social quase uma norma a partir da qual pode ser aferida as variações anormais de um determinado indivíduo. Assim se alguém se diz pai

quando na verdade (realidade socialmente compartilhada) é filho, caso a pessoa insista, as pessoas se sentem autorizadas a pensar tratar-se de um distúrbio psicopatológico ou senão de uma excentricidade. Podemos dizer existir neste caso hipotético uma recusa de participar do compartilhamento de um código por parte da sociedade e dos sentidos por ele determinados. A recusa pode ser somente do sentido, podendo chegar a alvejar o próprio código. Pensamos que nos quadros esquizofrênicos, nas esquizofasias, onde é característico não compreendemos o que o sujeito diz, as duas dimensões são afetadas. Já na paranóia, via de regra, compreendemos os delírios, mas não aceitamos a explicação, os sentidos fornecidos. O genograma pode ser estudado então não somente como expressão normativa da sociedade. Ele pode ser estudado do ponto de vista do sujeito. O exemplo metodológico que estudaremos mais adiante visa elaborar o genograma nesta dupla dimensão, enquanto expressão da realidade social compartilhada e enquanto expressão da realidade psíquica.

6. O GENOGRAMA COMO INSTRUMENTO

O genograma e as árvores genealógicas são exemplos efetivos e constitutivos da expressão do compartilhamento social dos lugares simbólicos existentes na sociedade. Cada sujeito, entretanto, pode imaginar e simbolizar seu genograma de maneira distinta. Assim, um genograma diferente daquele compartilhado socialmente pode ser montado a partir da fala de cada um, e constituir expressão, não só da realidade social compartilhada, mas também da realidade psíquica de cada um.

Podemos colher um genograma também a partir de entrevistas coletivas, por exemplo com a família. Na nossa cultura, por exemplo, é consenso se chamar o irmão da mãe de tio, assim como o pai do pai é o avô. Assim, existe um recobrimento da linguagem sobre o mundo dos objetos. Este recobrimento é sempre incompleto. A linguagem é sempre insuficiente para nomear e dizer o que experimentamos e percebemos. Ela é deficiente e incompleta. Contudo, é o que temos para entendermos o mundo. Desconsiderá-la pela sua fraqueza é jogar fora o essencial. O genograma pode ser tomado então como sendo a expressão do recobrimento da realidade objetiva concreta pela linguagem. O genograma exprime essencialmente a realidade das relações de parentesco. Em larga medida ele pode ser tomado como critério normativo. Entretanto, pode-se utilizar o genograma como sendo essencialmente produto do universo de criação de realidade do sujeito.

No primeiro caso, veremos a realidade como sendo identificada à norma esperada, expressão não somente da efetividade das relações, mas também do acordo silencioso e tácito existente entre os participantes. No segundo, o genograma é a expressão de como o sujeito construiu a sua realidade, expressão da potência narcísica de suas fantasias e desejos. Dois caminhos de investigação se abrem, um que qualifica o genograma como norma social e outro que qualifica o mesmo como expressão da realidade psíquica.

7. PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

A fim de investigar como se faz a construção da realidade na psicose vemos como necessários e úteis os dois caminhos de investigação referidos. Com relação à realidade compartilhada, colhe-se, por intermédio de entrevistas com familiares, o genograma ou uma árvore genealógica da família. Já para apreciação da realidade psíquica dos sujeitos, é importante ser tomado um caminho um pouco diferente. Optamos por fazer perguntas específicas aos pacientes, para que, a partir das respostas deles, fosse possível montar um novo genograma. As perguntas que sugerimos são similares às criadas por Irigaray e Dubois (4) e temos utilizado de maneira padronizada em pesquisas em andamento.

- 1 - Como se chama o marido da irmã?
- 2 - Como se chamam os filhos dos filhos de alguém?
- 3 - Como se chama o filho da irmã?
- 4 - Como se chamam os filhos do tio?
- 5 - Como se chamam os filhos de dois irmãos?

Para que se pudesse montar um novo genograma a partir de uma resposta do sujeito, criou-se um sistema de sobreposição de transparências, que consistiam, cada uma delas, em um genograma montado, tendo como referência o ego do paciente. A primeira transparência (t_1) representa a realidade social compartilhada, enquanto a segunda (t_2), a realidade psíquica do sujeito. A maneira de se utilizar as transparências ficará mais claro a seguir.

8. UM EXEMPLO CLÍNICO QUALITATIVO DA REALIDADE PSÍQUICA

O caso escolhido foi o de uma menina de 17 anos, empregada doméstica, há um mês morando em Brasília, internada em um serviço de psiquiatria de um hospital geral, com diagnóstico de distúrbio

esquizofreniforme agudo. A paciente possuía escolaridade até a 5ª série do primeiro grau e morava na casa dos patrões. A entrevista foi realizada no primeiro dia de internação da paciente na instituição, sendo que essa era também a primeira internação de sua vida. Apresentada às questões indicadas, a paciente errou quatro das cinco questões propostas, sendo que a única questão que acertou foi a última: "Como se chamam os filhos de dois irmãos?" Analisaremos a seguir uma de suas respostas.

Em resposta à primeira pergunta: "Como se chama o marido da irmã?", a paciente, ao invés do esperado "cunhado", respondeu "primo". Quando a pergunta lhe foi repetida, entretanto, ela mudou sua resposta para "tio". Para a paciente, então, o marido da irmã era o tio e não o cunhado. Para se tentar compreender tal resposta, é preciso se fazer a seguinte pergunta: "O que faz com que um cunhado vire tio?" Aliás, como se parte do princípio que o sujeito, ao responder essas perguntas, coloca-se como ponto de referência, pensando em termos de sua própria família; a pergunta a ser feita seria, na verdade, "O que faz com que meu cunhado vire meu tio?"

Torna-se essencial, neste tipo de análise que qualifica o sujeito, de apreender de onde, de que ponto de referência no sistema de parentesco o sujeito supõe estar falando. Nota-se em alguns casos em análise, bem como neste caso, que as respostas fora do padrão esperado sejam propiciadas pelo local de referência que o sujeito elabora. Em geral, em quadros psicóticos ocorre um posicionamento do paciente em um eixo geracional diferente do seu. Ou seja, o paciente dá a impressão de subir ou de descer de geração. Este movimento contribui na construção de suas respostas "erradas".

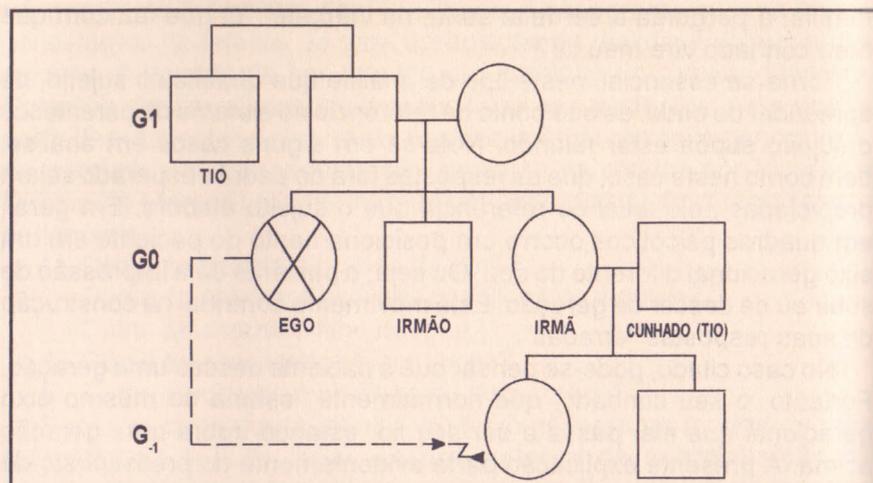
No caso citado, pode-se pensar que a paciente desceu uma geração. Portanto, o seu cunhado, que normalmente estaria no mesmo eixo geracional que ela, passa a ser seu tio, estando agora uma geração acima. A presente explicação parte evidentemente do pressuposto de fazer a análise a partir do lugar possível que ocupa o sujeito no sistema de parentesco, qualificando assim a sua realidade psíquica.

9. ANÁLISE SEGUNDO O PONTO DE VISTA DA REALIDADE SOCIAL COMPARTILHADA

A resposta da paciente pode ser analisada de dois modos distintos, dependendo de que pressuposto se partir. De acordo com o primeiro parte-se do princípio de que a resposta "tio" está errada, e toma-se como ponto de referência a resposta "cunhado". Nesse caso, a análise das transparências é feita da seguinte maneira: na t_1 , localiza-se o ego e

observa-se que a resposta certa, "cunhado", está logicamente, localizada no mesmo eixo geracional que o ego. Pegamos então t2 e a sobrepomos a t1, tendo o cuidado de sobrepor tio a cunhado, repetindo dessa maneira o que o sujeito fez, substituindo "cunhado" por "tio". Nessa posição, observa-se a segunda transparência e verifica-se que o ego desceu uma geração, estando agora localizado na mesma geração que seus filhos ou sobrinhos. Nessa análise, o que constituiu o ponto de referência foi a realidade social compartilhada, e pode-se dizer, então, que a paciente sofre de uma perda de realidade, já que sua resposta não correspondeu à resposta compartilhada socialmente. O gráfico 1 a seguir mostra que, seguindo este tipo de análise, a paciente certamente parece acreditar pertencer a um eixo geracional abaixo do seu.

GRÁFICO 1 - ANÁLISE DO GENOGRAMA DO PONTO DE VISTA DA REALIDADE SOCIAL COMPARTILHADA



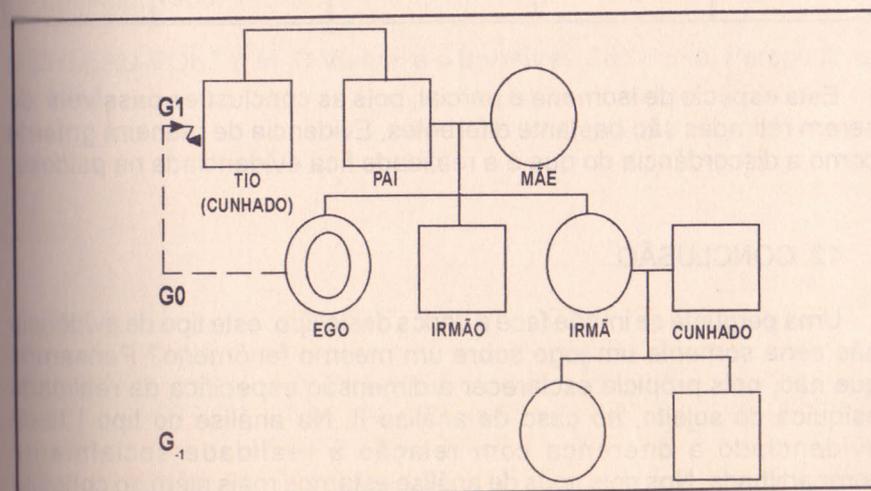
Neste caso, as explicações causais irão sempre apontar os erros como sendo o resultado de uma falha, de uma deficiência, de uma alteração. A causalidade essencial em jogo não implica o sujeito mesmo em questão. Pode receber explicações causais que vão desde a neurobiologia e a neuroquímica, sendo o erro interpretado como alteração dos neurotransmissores, por exemplo. Esse tipo de resposta pode ser interpretada também como resultado de uma falha cognitiva que a impede de apreender a realidade social compartilhada. Como resultado dessa falha, a paciente acreditaria pertencer a um eixo geracional exatamente abaixo do seu. A multicausalidade estará sempre aí implicada.

10. CRÍTICA A PARTIR DO EXEMPLO DA EXCLUSÃO DO SUJEITO.

No entanto, em todas as explicações científicas objetivas fica excluída a questão do sujeito. Falamos então de causalidade psíquica. Isto é, existe um sujeito que pode discordar, evitar, modificar respostas segundo os seus conflitos. Neste segundo tipo de análise, aceita-se a resposta do sujeito como certa. Reconstrói-se logicamente, a partir da fala do sujeito, de que lugar ele fala, sem necessariamente compará-la à norma. A partir desse ponto de vista, o que é tomado como ponto de referência é a realidade psíquica de cada sujeito e não a realidade social.

Nesse caso, a resposta "tio" é considerada independente de ser verdadeira ou falsa. Ela servirá como ponto de referência. T2, então, será mantida fixa, enquanto t1 será movida. O processo será inverso àquele feito anteriormente e "cunhado" será sobreposto a "tio". O que acontece agora é que a paciente subiu de geração, localizando-se na mesma geração que seu tio e, conseqüentemente, na mesma geração que seus pais. O gráfico 2 a seguir procura representar este processo.

GRÁFICO 2 - ANÁLISE DO GENOGRAMA DO PONTO DE VISTA DA REALIDADE PSÍQUICA



Neste segundo tipo de análise, a realidade social compartilhada não é tomada como a real. Existe preferência em favor de sua realidade psíquica. No caso em estudo, a paciente nega que o marido de sua irmã seja seu cunhado em favor de uma crença que ele é na verdade seu tio.

11. COMPARAÇÃO DAS ANÁLISES DAS RESPOSTAS POR INTERMÉDIO DOS DOIS MÉTODOS.

A tabela 1, em seguida, resume todas as respostas discordantes da paciente. Quando comparamos, os dois tipos de análise, um parece ser a imagem em espelho do outro. A oposição entre subir e descer evidencia de que ponto de vista está sendo tomada a análise.

TABELA 1 - Resumo das respostas do caso estudado.

QUESTÕES	RESPOSTA CERTA	RESPOSTA DO PACIENTE	ANÁLISE I	ANÁLISE II
2	Neto	Irmão	Sujeito desce 2 gerações	Sujeito sobe 2 gerações
3	Sobrinho	Irmã	Sujeito desce 1 geração	Sujeito sobe 1 geração
4	Primo	Tio	Sujeito desce 1 geração	Sujeito sobe 1 geração

Esta espécie de isomeria é parcial, pois as conclusões passíveis de serem retiradas são bastante diferentes. Evidencia de maneira gritante como a discordância do que é a realidade fica evidenciada na psicose.

12. CONCLUSÃO

Uma pergunta se impõe face a dados deste tipo: este tipo de evidência não seria somente um jogo sobre um mesmo fenômeno? Pensamos que não, pois propicia esclarecer a dimensão específica da realidade psíquica do sujeito, no caso da análise II. Na análise do tipo I ficou evidenciado a diferença com relação à realidade socialmente compartilhada. Nos dois tipos de análise estamos mais além do conceito de realidade, no sentido de realidade efetiva material (*Wirklichkeit*). Em ambos são consideradas que a realidade é sempre psíquica, especialmente na análise II. Insistir neste tipo de análise pode ser um caminho promissor no sentido ético, pois qualifica a fala do sujeito independente da questão da verdade ou da falsidade de sua palavra. É promissor também no sentido clínico, pois evidencia que a "subida" da

paciente no eixo as gerações faz-se sempre em direção aos pais, mais precisamente para situar o ego entre os dois pais. Esta hipótese, que estamos investigando, só poderá ser apreciada caso consideremos a dimensão específica da realidade psíquica do sujeito. Retornar a idéia de um conceito de realidade simplista seria esquecer o que a psicanálise, a fenomenologia, e principalmente os pacientes nos ensinam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUBOIS, J & IRIGARY, L. "Les structures linguistiques de la parenté et leurs perturbations dans les cas de démence et de schizophrénie", in *Cahiers de Lexicologie*, Vol. 8, I, 1966, p. p. 47-69.

FREUD, S - **Notas psicanalísticas sobre um relato auto-biográfico de um caso de paranóia.** (Dementia paranóides). (O Caso Schreber), E. S. B., XII, Rio: Ed. Imago, 1978.

MARTINS, Francisco. **Le langage dans la schizophrénie - Étude de la doctrine freudienne et contribution theorico-clinique**, tese doutoral inédita, Louvain-la-Neuve-Bélgica, Université Catholique de Louvain, 1986.

MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o Invisível**, São Paulo, Perspectiva, 1984.